

A.I. N.º - 000.890.669-6/02
AUTUADO - HILTON AUTO PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - CÉLIO JOSÉ DA SILVA MOURA
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 29/08/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0284-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. CUPOM FISCAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 03/05/02, trata de aplicação da multa de R\$ 600,00 pela falta de emissão de cupom fiscal em vendas de mercadorias para consumidor final.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 05 a 06, inicialmente solicitando a nulidade da autuação sob alegação de que o enquadramento dado pelo autuante à infração (art. 915, XIV-A, “a”, do RICMS/97) não corresponde ao que foi relatado nos autos.

No mérito, alega que no momento da venda questionada, no valor de R\$ 25,00, seu sistema emissor fiscal estava fora do ar. Explica que quando isso ocorre, as vendas são relacionadas sendo emitidos os cupons quando o sistema retorna ao normal. Ao final, solicita a improcedência do Auto de Infração, ou que a multa exigida seja reduzida para 01 UPF-BA.

O autuante, em informação fiscal, ratifica a autuação, aduzindo que a NF nº 007139, série D-1 (fl. 02), só foi emitida sob ação fiscal. Com relação ao enquadramento da infração, diz que está correta, e que o autuado desconhece as alterações sofridas pelo regulamento do ICMS.

VOTO

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada, haja vista que o auto de infração está revestido das formalidades legais, não se observando erro ou vício que possa decretar a sua nulidade, de acordo com o que dispõe o art. 18, do RPAF/99. Ademais, o enquadramento da infração foi corretamente efetuado pelo autuante, em função da alteração sofrida pelo RICMS/97, com a edição da Lei nº 7.753/00.

No mérito, diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo, que ficou evidenciado que o contribuinte realizou operação de saída de mercadorias, diretamente a consumidor final, sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

A própria defesa apresentada pelo sujeito passivo é uma confissão expressa do cometimento da infração. Não é pertinente sua alegação de que como o sistema de emissão de cupom fiscal

encontrava-se “fora do ar”, as vendas seriam registradas quando o mesmo voltasse ao normal, já que nessas circunstâncias deveria ter sido emitida a nota fiscal de venda a consumidor.

Os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias (grifo não original).

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 000.890.669-6/02, lavrado contra **HILTON AUTO PEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de agosto de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR